



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DA UNIÃO EUROPEIA

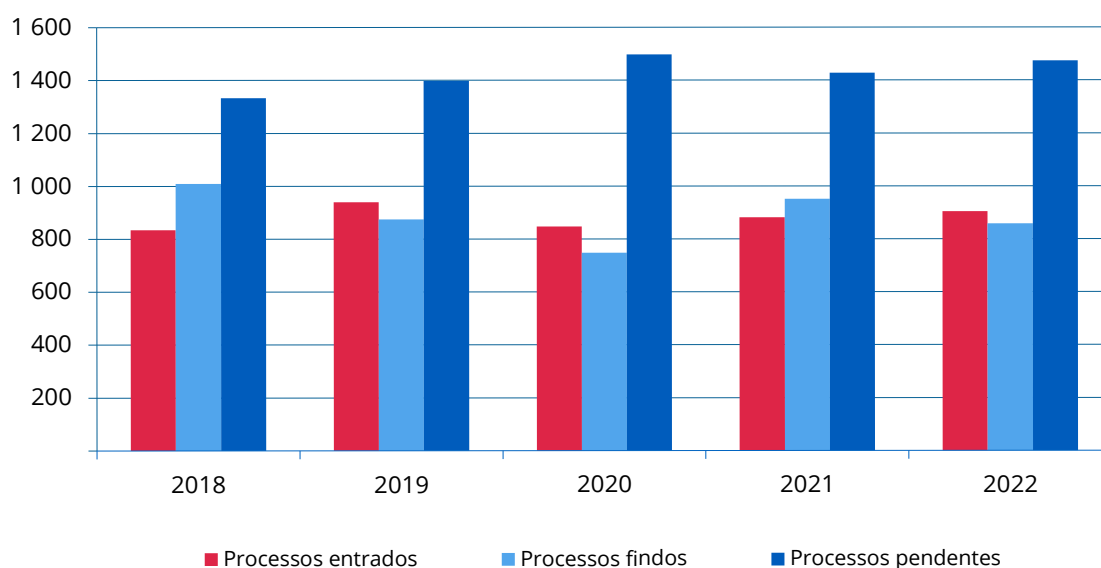
# Relatório anual 2022

## Estatísticas judiciais do Tribunal Geral



## I. Atividade geral do Tribunal Geral —

### Processos entrados, findos, pendentes (2018-2022) <sup>1 2</sup>



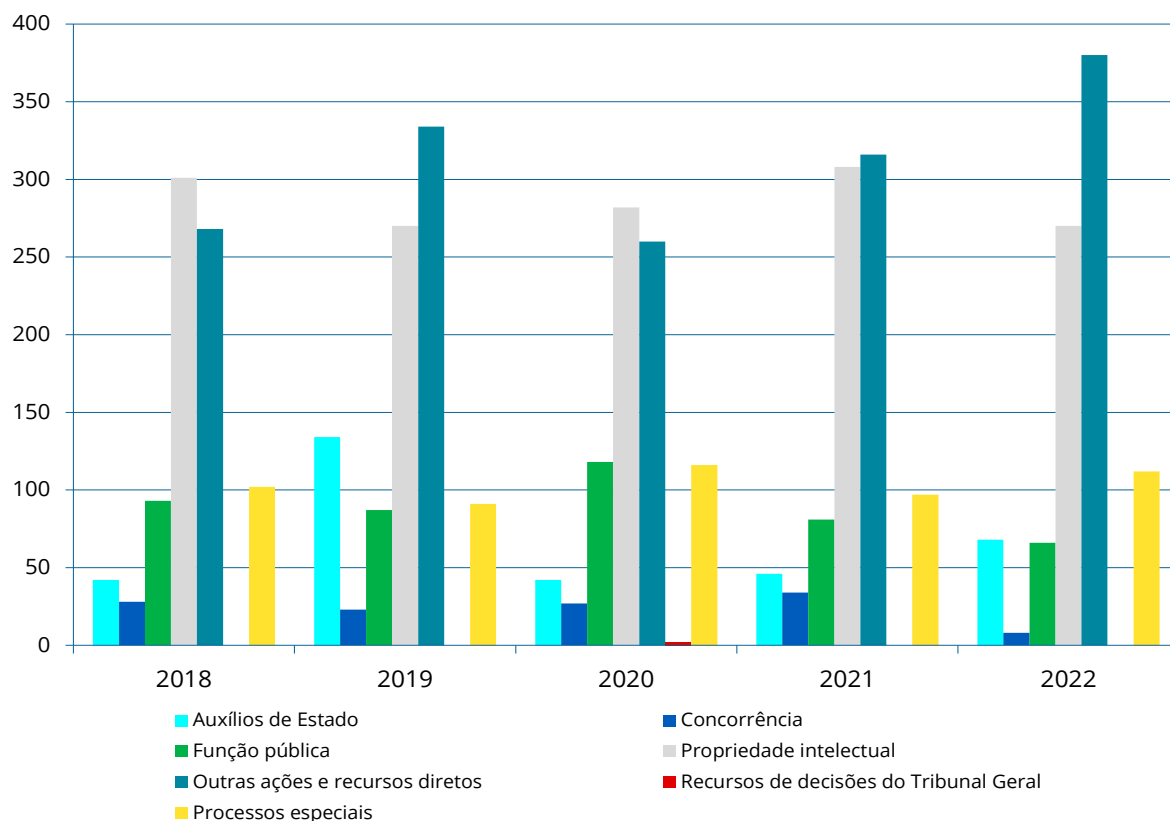
	2018	2019	2020	2021	2022
Processos entrados	834	939	847	882	904
Processos findos	1 009	874	748	951	858
Processos pendentes	1 333	1 398	1 497	1 428	1 474

1| Salvo indicação em contrário, o presente quadro e os quadros das páginas seguintes tomam em consideração os processos especiais.

Consideram-se «processos especiais»: a oposição a um acórdão proferido à revelia (artigo 41.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 166.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a oposição de terceiro (artigo 42.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 167.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a interpretação (artigo 43.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 168.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a revisão (artigo 44.º do Estatuto do Tribunal de Justiça; artigo 169.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a assistência judiciária (artigo 148.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral); a retificação (artigo 164.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral), a omissão de pronúncia (artigo 165.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral) e a reclamação sobre as despesas recuperáveis (artigo 170.º do Regulamento de Processo do Tribunal Geral).

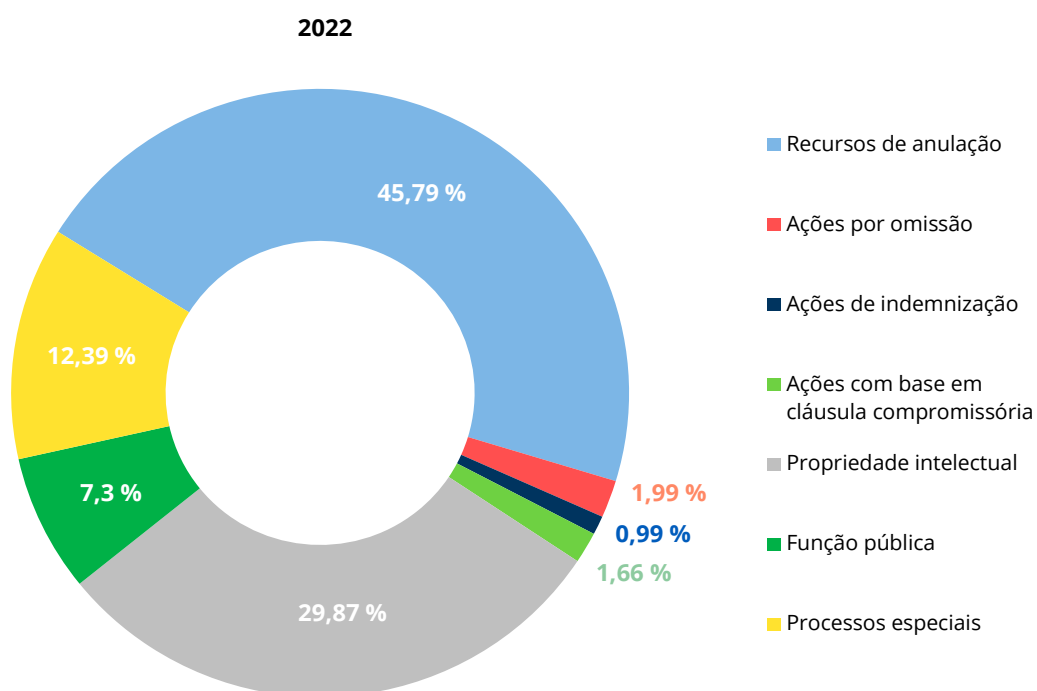
2| Salvo indicação em contrário, o presente quadro e os quadros das páginas seguintes não têm em conta os processos de medidas provisórias.

## II. Processos entrados — Natureza dos processos (2018-2022)



	2018	2019	2020	2021	2022
Auxílios de Estado	42	134	42	46	68
Concorrência	28	23	27	34	8
Função pública	93	87	118	81	66
Propriedade intelectual	301	270	282	308	270
Outras ações e recursos diretos	268	334	260	316	380
Recursos de decisões do Tribunal Geral			2		
Processos especiais	102	91	116	97	112
<b>Total</b>	<b>834</b>	<b>939</b>	<b>847</b>	<b>882</b>	<b>904</b>

### III. Processos entrados — Natureza da ação ou do recurso (2018-2022)

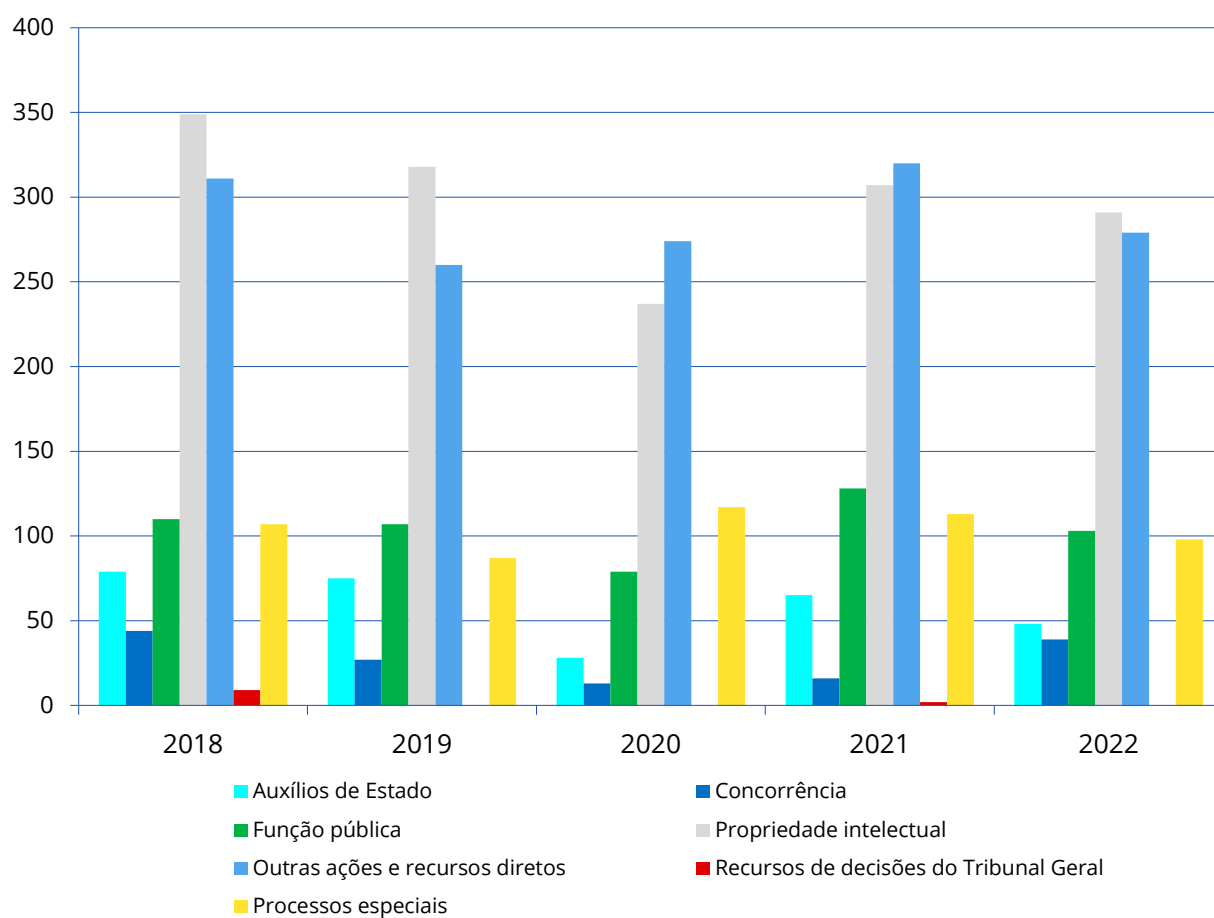


	2018	2019	2020	2021	2022
Recursos de anulação	288	445	284	343	414
Ações por omissão	14	14	15	21	18
Ações de indemnização	29	24	17	28	9
Ações com base em cláusula	7	8	13	4	15
Propriedade intelectual	301	270	282	308	270
Função pública	93	87	118	81	66
Recursos de decisões do Tribunal Geral			2		
Processos especiais	102	91	116	97	112
<b>Total</b>	<b>834</b>	<b>939</b>	<b>847</b>	<b>882</b>	<b>904</b>

#### IV. Processos entrados — Matéria da ação ou do recurso (2018-2022)

	2018	2019	2020	2021	2022
Ação Externa da União Europeia	2	6	3	2	
Acesso aos documentos	21	17	8	32	15
Agricultura	25	12	14	13	20
Ambiente	7	10	8	11	15
Aproximação das legislações	3	2			
Auxílios de Estado	42	134	42	46	68
Cidadania da União		1	1	1	
Cláusula compromissória	7	8	15	4	16
Coesão económica, social e territorial		3		2	4
Concorrência	28	23	27	34	8
Contratos públicos	15	10	13	19	17
Direito das sociedades			1		
Direito institucional	71	148	65	73	77
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude)	4	5	4	8	3
Educação, formação profissional, juventude e desporto	1	1			
Emprego				1	
Energia	1	8	8	9	3
Espaço de liberdade, segurança e justiça	2	1		3	1
Fiscalidade	2				3
Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço	1	3	6		4
Liberdade de estabelecimento	1				
Livre circulação de capitais	1			1	
Livre circulação de mercadorias				1	1
Livre circulação de pessoas	1	2			1
Livre prestação de serviços			1	1	1
Medidas restritivas (Ação Externa)	40	42	25	42	103
Política comercial	15	13	27	15	12
Política comum das pescas	3			1	4
Política económica e monetária	27	24	36	34	49
Política Externa e de Segurança Comum		1			
Política social	1	1		8	6
Propriedade intelectual	301	270	282	308	270
Proteção dos consumidores	1	1	3	4	
Redes transeuropeias	1	1	1		
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	4	6	7	2	3
Saúde pública	9	5	8	25	21
Transportes	1	1	6	1	
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum		2		3	1
<b>Total Tratado CE/TFUE</b>	<b>638</b>	<b>761</b>	<b>611</b>	<b>704</b>	<b>726</b>
Estatuto dos Funcionários	94	87	120	81	66
Processos especiais	102	91	116	97	112
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>834</b>	<b>939</b>	<b>847</b>	<b>882</b>	<b>904</b>

## V. Processos findos — Natureza dos processos (2018-2022)



	2018	2019	2020	2021	2022
Auxílios de Estado	79	75	28	65	48
Concorrência	44	27	13	16	39
Função pública	110	107	79	128	103
Propriedade intelectual	349	318	237	307	291
Outras ações e recursos diretos	311	260	274	320	279
Recursos de decisões do Tribunal Geral	9			2	
Processos especiais	107	87	117	113	98
<b>Total</b>	<b>1 009</b>	<b>874</b>	<b>748</b>	<b>951</b>	<b>858</b>

## VI. Processos findos — Matéria da ação ou do recurso (2022)

	Acórdãos	Despachos	Total
Ação Externa da União Europeia		1	1
Acesso aos documentos	12	17	29
Agricultura	11	2	13
Ambiente	5	4	9
Auxílios de Estado	31	17	48
Cidadania da União		1	1
Cláusula compromissória	7		7
Coesão económica, social e territorial	1	2	3
Concorrência	33	6	39
Contratos públicos	11	9	20
Direito institucional	18	28	46
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude)	3	4	7
Energia	4	1	5
Espaço de liberdade, segurança e justiça		2	2
Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço	1		1
Livre circulação de pessoas		1	1
Livre prestação de serviços		3	3
Medidas restritivas (Ação Externa)	28	4	32
Política comercial	20	22	42
Política comum das pescas		1	1
Política económica e monetária	15	9	24
Política social	1	3	4
Propriedade intelectual	208	83	291
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	2		2
Saúde pública	6	15	21
Transportes	1	1	2
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum		3	3
<b>Total Tratado CE/TFUE</b>	<b>418</b>	<b>239</b>	<b>657</b>
Estatuto dos Funcionários	70	33	103
Processos especiais	1	97	98
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>489</b>	<b>369</b>	<b>858</b>

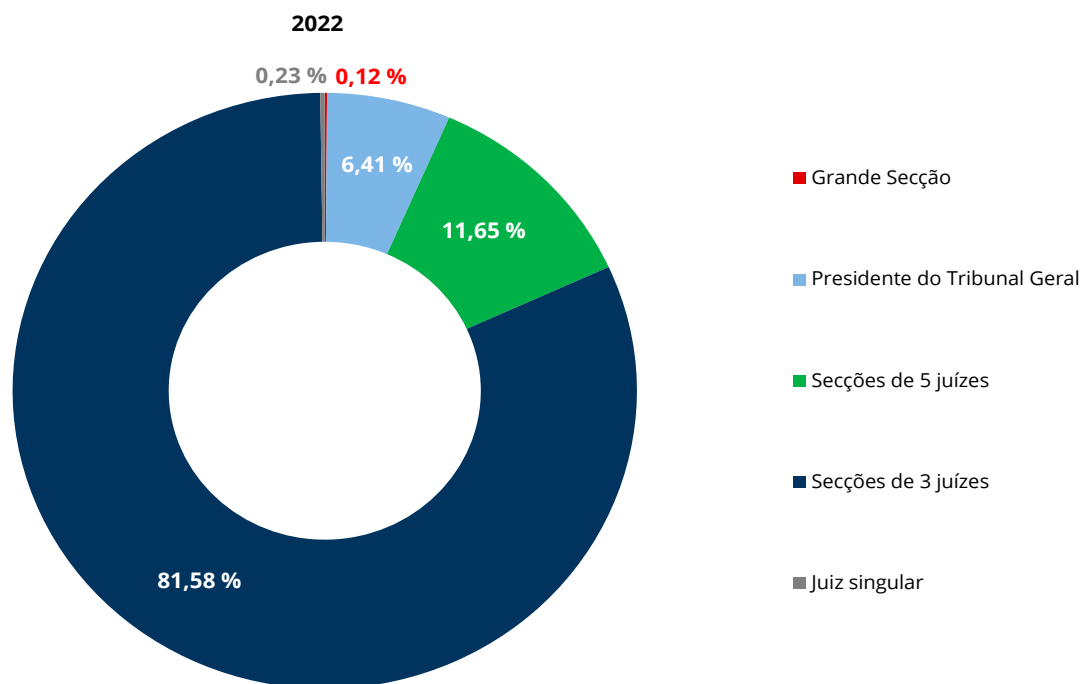


**VII. Processos findos — Matéria da ação ou do recurso (2018-2022)**  
**(Acórdãos e despachos)**

	2018	2019	2020	2021	2022
Ação Externa da União Europeia	2	3	2	5	1
Acesso aos documentos	67	17	14	12	29
Agricultura	25	33	15	11	13
Ambiente	11	6	6	9	9
Aproximação das legislações	1	4	3	1	
Auxílios de Estado	79	75	28	65	48
Cidadania da União		1		1	1
Cláusula compromissória	7	13	6	17	7
Coesão económica, social e territorial	4	2	1	1	3
Concorrência	44	27	13	16	39
Contratos públicos	20	17	7	15	20
Direito das sociedades		1		1	
Direito institucional	64	71	127	105	46
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude)	5	4	9	5	7
Educação, formação profissional, juventude e desporto	3		1	1	
Emprego				1	
Energia	6	3	5	4	5
Espaço de liberdade, segurança e justiça	3		2	1	2
Fiscalidade		2			
Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço	7	3	2	5	1
Liberdade de estabelecimento		1			
Livre circulação de capitais		1		1	
Livre circulação de pessoas	1	1	1		1
Livre prestação de serviços					3
Medidas restritivas (Ação Externa)	42	30	32	56	32
Política comercial	10	12	5	15	42
Política comum das pescas	2		2		1
Política económica e monetária	16	13	18	11	24
Política Externa e de Segurança Comum	1		1		
Política social	1	1	1	6	4
Propriedade intelectual	349	318	237	307	291
Proteção dos consumidores	1	1	2	1	
Redes transeuropeias	1	2		1	
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	4	10	4	9	2
Saúde pública	5	7	6	19	21
Transportes	1			6	2
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum	1		2		3
<b>Total Tratado CE/TFUE</b>	<b>783</b>	<b>679</b>	<b>552</b>	<b>708</b>	<b>657</b>
Estatuto dos Funcionários	119	108	79	130	103
Processos especiais	107	87	117	113	98
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1 009</b>	<b>874</b>	<b>748</b>	<b>951</b>	<b>858</b>



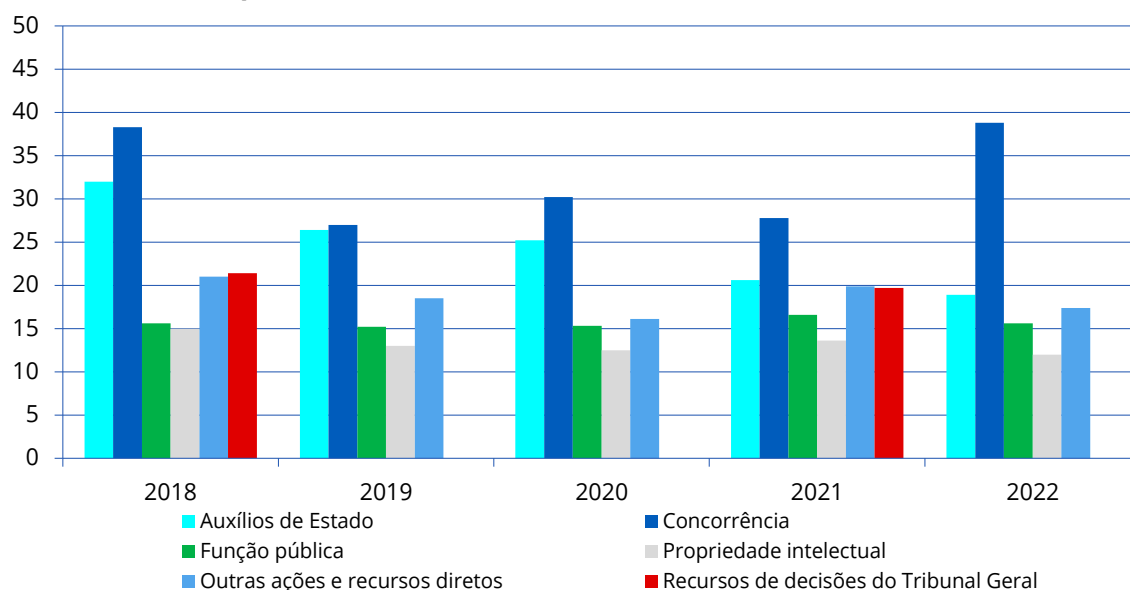
## VIII. Processos findos — Formação de julgamento (2018-2022)



	2018			2019			2020			2021			2022		
	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total	Acórdãos	Despachos	Total
Grande Secção					1	1							1		1
Secção dos recursos das decisões do Tribunal da Função Pública	9	2	11		2	2									
Presidente do Tribunal Geral		43	43		47	47		73	73		64	64		55	55
Secções de 5 juízes	84	3	87	50	9	59	104	7	111	73	14	87	92	8	100
Secções de 3 juízes	546	317	863	499	261	760	309	254	563	489	308	797	394	306	700
Juiz singular	5		5	5		5	1		1	3		3	2		2
<b>Total</b>	<b>644</b>	<b>365</b>	<b>1 009</b>	<b>554</b>	<b>320</b>	<b>874</b>	<b>414</b>	<b>334</b>	<b>748</b>	<b>565</b>	<b>386</b>	<b>951</b>	<b>489</b>	<b>369</b>	<b>858</b>

## IX. Processos findos — Duração dos processos em meses (2018-2022) <sup>1</sup>

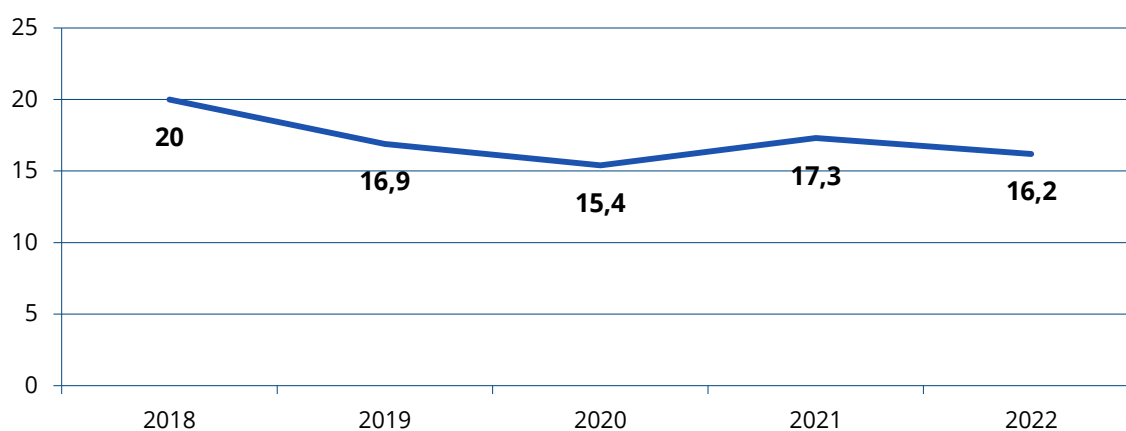
### (Acórdãos e despachos)



	2018	2019	2020	2021	2022
Auxílios de Estado	32	26,4	25,2	20,6	18,9
Concorrência	38,3	27	30,2	27,8	38,8
Função pública	15,6	15,2	15,3	16,6	15,6
Propriedade intelectual	15	13	12,5	13,6	12
Outras ações e recursos diretos	21	18,5	16,1	19,9	17,4
Recursos de decisões do Tribunal Geral	21,4			19,7	
<b>Todos os processos</b>	<b>20</b>	<b>16,9</b>	<b>15,4</b>	<b>17,3</b>	<b>16,2</b>

### Duração dos processos (em meses)

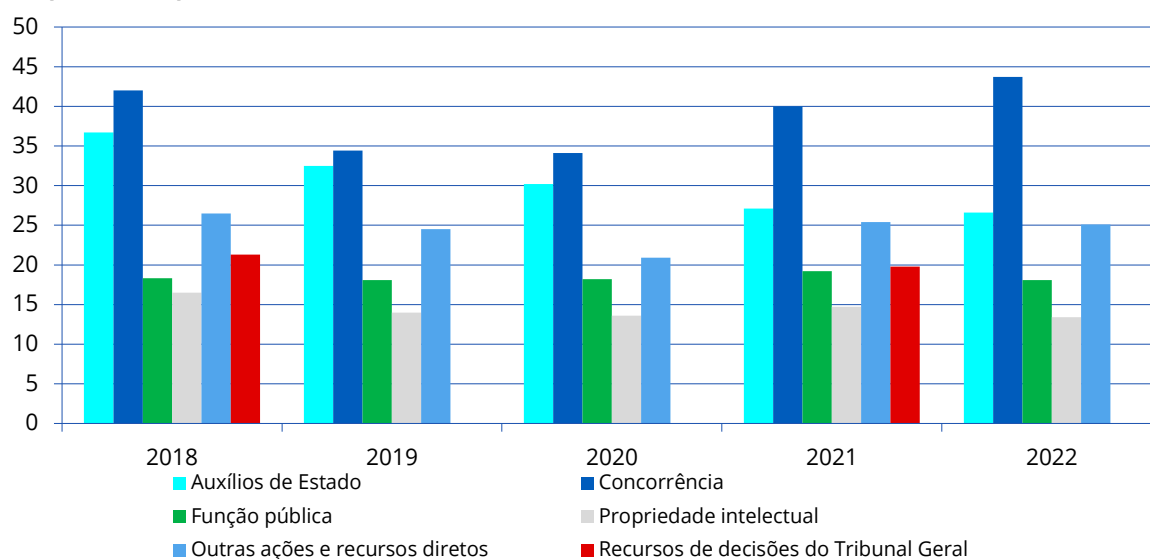
#### Todos os processos findos por acórdão ou despacho



<sup>1</sup> As durações são expressas em meses e em décimos de mês. O cálculo da duração média dos processos não toma em consideração: processos nos quais o Tribunal Geral se pronuncia por acórdão interlocutório; processos especiais; recursos sobre decisões de medidas provisórias ou pedidos de intervenção; processos de função pública transferidos para o Tribunal Geral em 1 de setembro de 2016.

## X. Duração dos processos em meses (2018-2022) <sup>1</sup>

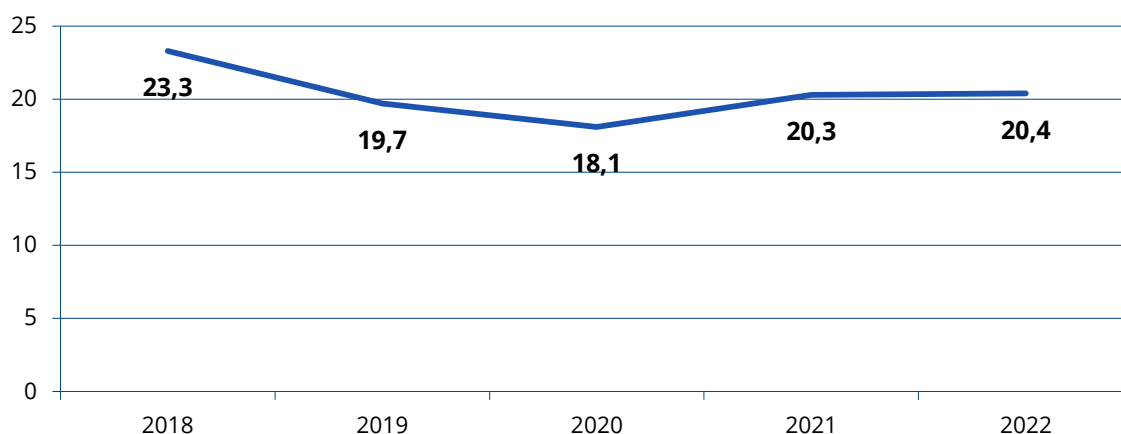
### (Acórdãos)



	2018	2019	2020	2021	2022
Auxílios de Estado	36,7	32,5	30,2	27,1	26,6
Concorrência	42	34,4	34,1	40	43,7
Função pública	18,3	18,1	18,2	19,2	18,1
Propriedade intelectual	16,5	14	13,6	14,7	13,4
Outras ações e recursos diretos	26,5	24,5	20,9	25,4	25,1
Recursos de decisões do Tribunal Geral	21,3			19,8	
<b>Todos os processos</b>	<b>23,3</b>	<b>19,7</b>	<b>18,1</b>	<b>20,3</b>	<b>20,4</b>

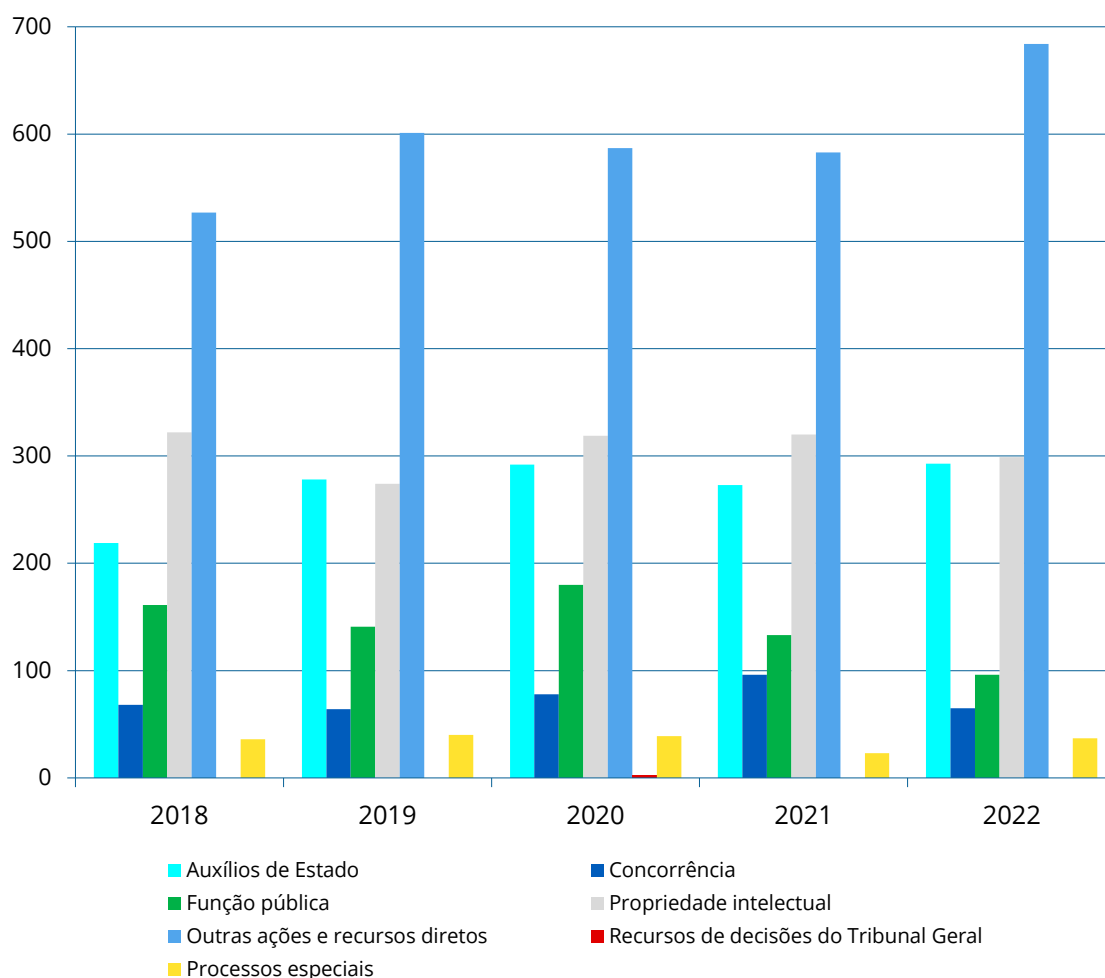
### Duração dos processos (em meses)

#### Todos os processos findos por acórdão



1| As durações são expressas em meses e em décimos de mês. O cálculo da duração média dos processos não toma em consideração: processos nos quais o Tribunal Geral se pronuncia por acórdão interlocutório; processos especiais; recursos sobre decisões de medidas provisórias ou pedidos de intervenção; processos de função pública transferidos para o Tribunal Geral em 1 de setembro de 2016.

## XI. Processos pendentes em 31 de dezembro — Natureza dos processos (2018-2022)

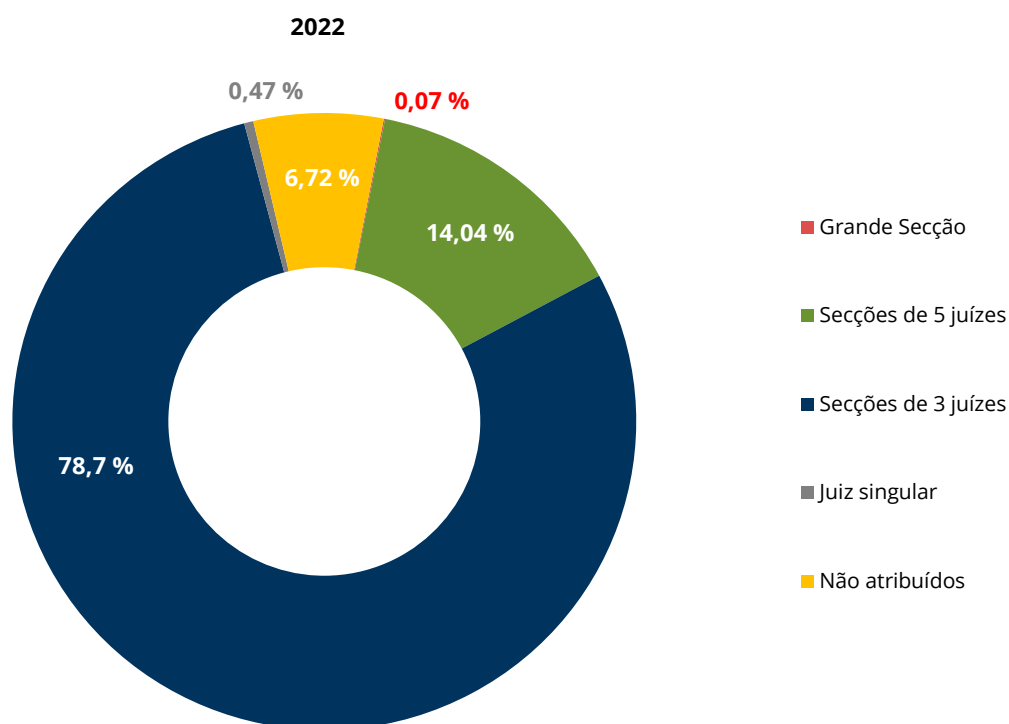


	2018	2019	2020	2021	2022
Auxílios de Estado	219	278	292	273	293
Concorrência	68	64	78	96	65
Função pública	161	141	180	133	96
Propriedade intelectual	322	274	319	320	299
Outras ações e recursos diretos	527	601	587	583	684
Recursos de decisões do Tribunal Geral			2		
Processos especiais	36	40	39	23	37
<b>Total</b>	<b>1 333</b>	<b>1 398</b>	<b>1 497</b>	<b>1 428</b>	<b>1 474</b>

## XII. Processos pendentes em 31 de dezembro — Matéria da ação ou recurso (2018-2022)

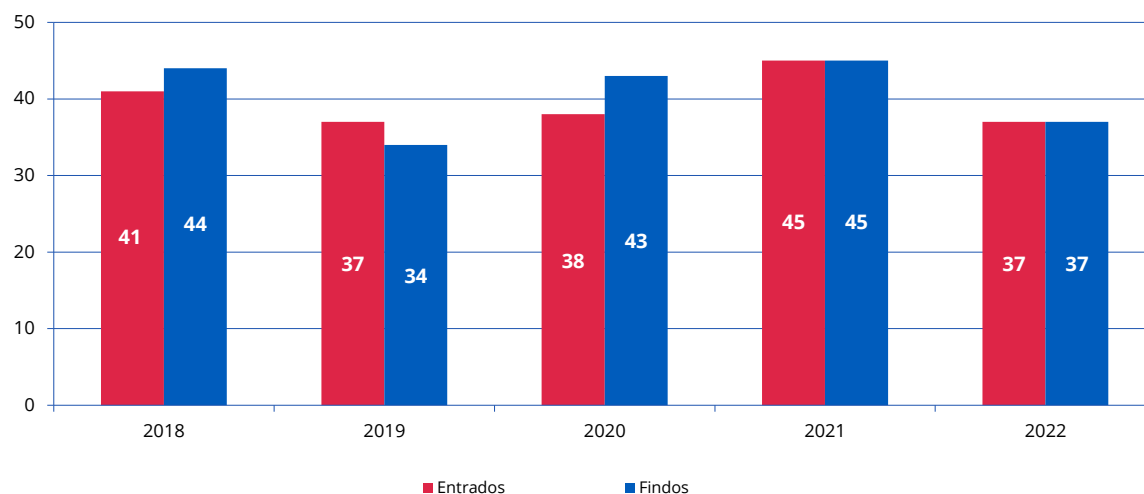
	2018	2019	2020	2021	2022
Ação Externa da União Europeia	2	5	6	3	2
Acesso aos documentos	30	30	24	44	30
Agricultura	43	22	21	23	30
Ambiente	8	12	14	16	22
Aproximação das legislações	6	4	1		
Auxílios de Estado	219	278	292	273	293
Cidadania da União			1	1	
Cláusula compromissória	27	22	31	18	27
Coesão económica, social e territorial	2	3	2	3	4
Concorrência	68	64	78	96	65
Contratos públicos	22	15	21	25	22
Direito das sociedades	1		1		
Direito institucional	103	180	118	86	117
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude)	9	10	5	8	4
Educação, formação profissional, juventude e desporto	1	2	1		
Energia	4	9	12	17	15
Espaço de liberdade, segurança e justiça	1	2		2	1
Fiscalidade	2				3
Investigação, desenvolvimento tecnológico e espaço	3	3	7	2	5
Liberdade de estabelecimento	1				
Livre circulação de capitais	1				
Livre circulação de mercadorias				1	2
Livre circulação de pessoas		1			
Livre prestação de serviços			1	2	
Medidas restritivas (Ação Externa)	60	72	65	51	122
Política comercial	40	41	63	63	33
Política comum das pescas	2	2		1	4
Política económica e monetária	127	138	156	179	204
Política Externa e de Segurança Comum		1			
Política social	1	1		2	4
Propriedade intelectual	322	274	319	320	299
Proteção dos consumidores	1	1	2	5	5
Redes transeuropeias	2	1	2	1	1
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	14	10	13	6	7
Saúde pública	13	11	13	19	19
Transportes		1	7	2	
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum		2		3	1
<b>Total Tratado CE/TFUE</b>	<b>1 135</b>	<b>1 217</b>	<b>1 276</b>	<b>1 272</b>	<b>1 341</b>
Estatuto dos Funcionários	162	141	182	133	96
Processos especiais	36	40	39	23	37
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>1 333</b>	<b>1 398</b>	<b>1 497</b>	<b>1 428</b>	<b>1 474</b>

### XIII. Processos pendentes em 31 de dezembro — Formação de julgamento (2018-2022)



	2018	2019	2020	2021	2022
Grande Secção	1				1
Secção dos recursos das decisões do Tribunal da Função Pública	1				
Presidente do Tribunal Geral	1	9	4	1	
Secções de 5 juízes	77	88	112	106	207
Secções de 3 juízes	1 187	1 218	1 271	1 261	1 160
Juiz singular	2				7
Não atribuídos	64	83	110	60	99
<b>Total</b>	<b>1 333</b>	<b>1 398</b>	<b>1 497</b>	<b>1 428</b>	<b>1 474</b>

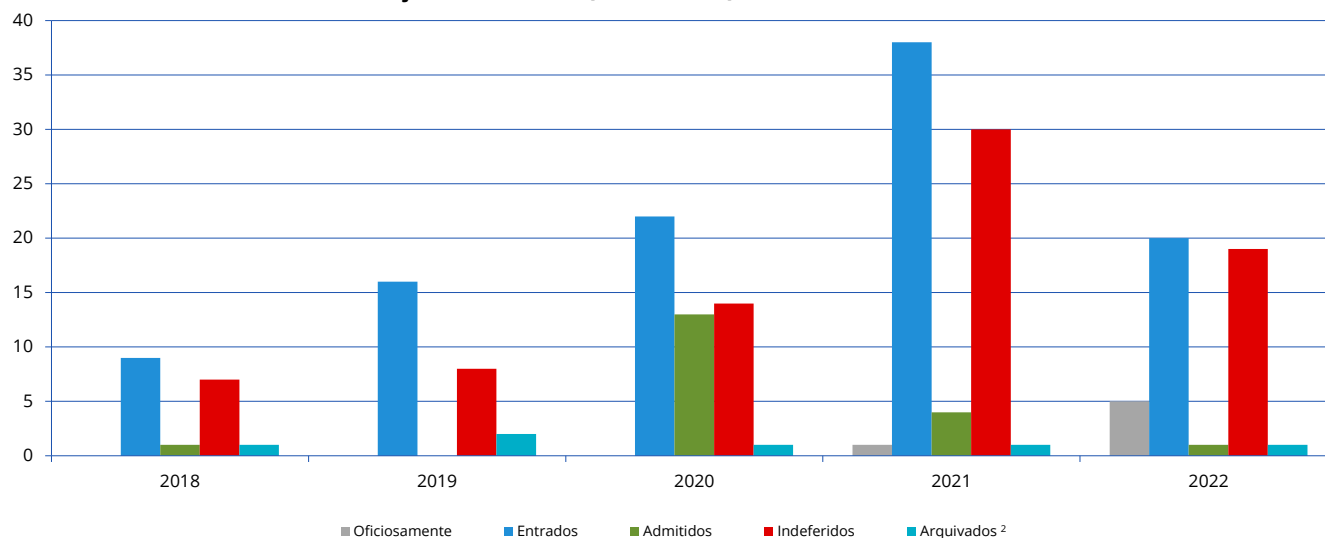
#### XIV. Diversos — Processos de medidas provisórias (2018-2022)



	2022		Sentido da decisão		
	Processos de medidas provisórias entrados	Processos de medidas provisórias findos	Provimento	Cancelamento/ Não conhecimento do mérito	Indeferimentos
Acesso aos documentos	1	1	1		
Concorrência	1	1			1
Contratos públicos	8	11	2	3	6
Direito institucional	5	5			5
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude)		1			1
Estatuto dos Funcionários	3	2	1		1
Medidas restritivas (Ação Externa)	9	7			7
Política económica e monetária	1	1		1	
Registo, avaliação, autorização e restrições aplicáveis às substâncias químicas (Regulamento REACH)	1	1		1	
Saúde pública	8	7		1	6
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>37</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>27</b>



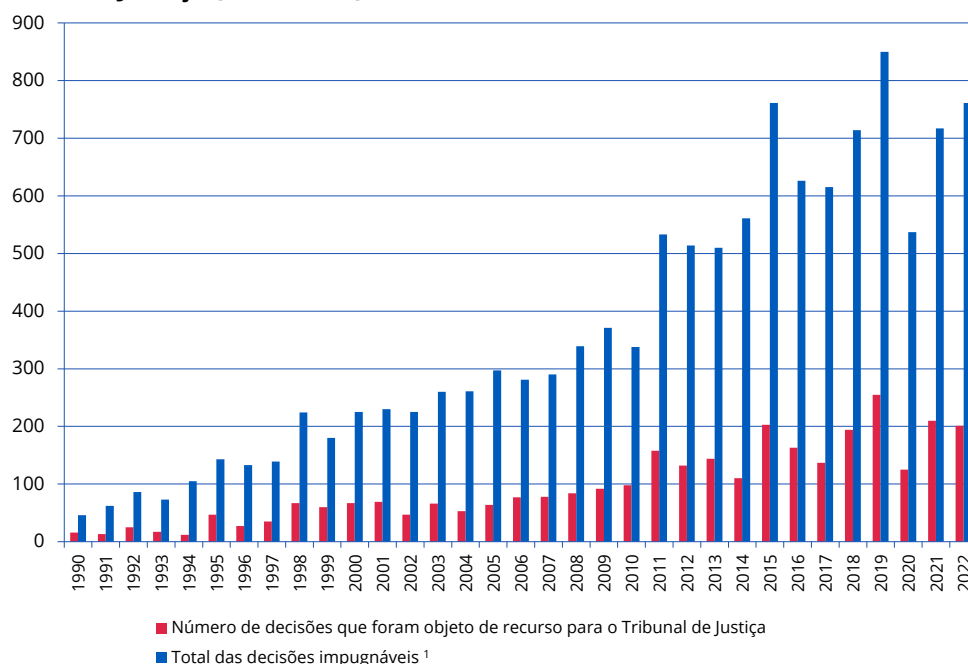
## XV. Diversos — Tramitação acelerada (2018-2022) <sup>1</sup>



	2018				2019				2020				2021				2022			
	Oficiosamente	Entrados	Sentido da decisão		Oficiosamente	Entrados	Sentido da decisão		Oficiosamente	Entrados	Sentido da decisão		Oficiosamente	Entrados	Sentido da decisão		Oficiosamente	Entrados	Sentido da decisão	
			Admitidos	Indeferidos	Arquivados <sup>2</sup>															
Acesso aos documentos				1		2		2						2		2				
Agricultura		1		1																
Auxílios de Estado						2		2		11	10	1		7		7				
Coesão económica, social e territorial																	4			
Concorrência		3	1	2		2		1			1			6	2	4				
Contratos públicos														2				1	1	
Direito institucional						2		1	1	5	1	3	1	2		1	1	1		1
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude)						1				1		2								
Espaço de liberdade, segurança e justiça		1			1													1		1
Estatuto dos Funcionários		2		2						3	1	1		2		3		1		1
Medidas restritivas (Ação Externa)						1		1						1		1	1	13		11
Política comercial						1		1						3		3				
Política económica e monetária		1		1										1				1		1
Propriedade intelectual e industrial						5						5								
Proteção dos consumidores		1						1												
Saúde pública										2		2		1	11	2	8		3	3
União Aduaneira e Pauta Aduaneira Comum														1		1				
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>16</b>		<b>8</b>	<b>2</b>	<b>22</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>38</b>	<b>4</b>	<b>30</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>20</b>

- 1| A tramitação acelerada de um processo pendente no Tribunal Geral pode ser deferida a pedido de uma parte principal e, desde 1 de julho de 2015, oficiosamente pelo Tribunal Geral.
- 2| Incluem-se na categoria de «arquivados» os seguintes casos: retirada do pedido, desistência e casos nos quais o processo é decidido por despacho antes de o Tribunal se ter pronunciado sobre o pedido de tramitação acelerada.

## XVI. Diversos — Decisões do Tribunal Geral que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça (1990-2022)



	Número de decisões que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça	Total das decisões impugnáveis <sup>1</sup>	Porcentagem de decisões que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça
1990	16	46	35 %
1991	13	62	21 %
1992	25	86	29 %
1993	17	73	23 %
1994	12	105	11 %
1995	47	143	33 %
1996	27	133	20 %
1997	35	139	25 %
1998	67	224	30 %
1999	60	180	33 %
2000	67	225	30 %
2001	69	230	30 %
2002	47	225	21 %
2003	66	260	25 %
2004	53	261	20 %
2005	64	297	22 %
2006	77	281	27 %
2007	78	290	27 %
2008	84	339	25 %
2009	92	371	25 %
2010	98	338	29 %
2011	158	533	30 %
2012	132	514	26 %
2013	144	510	28 %
2014	110	561	20 %
2015	203	761	27 %
2016	163	626	26 %
2017	137	615	22 %
2018	194	714	27 %
2019	255	850	30 %
2020	125	537	23 %
2021	210	717	29 %
2022	201	761	26 %

1] Total das decisões impugnáveis — acórdãos, despachos de medidas provisórias e de indeferimento de pedido de intervenção, e todos os despachos que põem termo à instância, com exceção dos despachos de cancelamento e de transferência — cujo prazo de recurso expirou ou das quais foi interposto recurso.

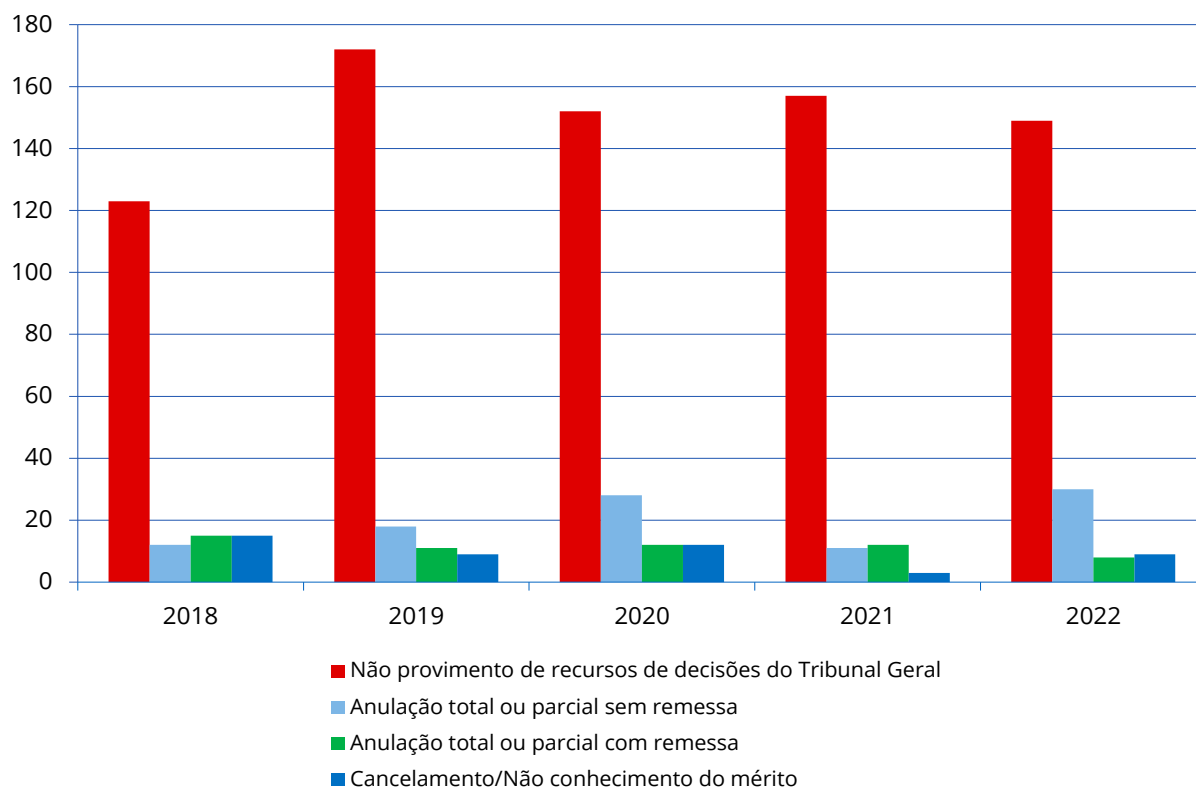
**XVII. Diversos — Repartição dos recursos interpostos no Tribunal de Justiça,  
consoante a natureza do processo (2018-2022)**

	2018			2019			2020			2021			2022		
	Decisões que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça	Decisões impugnáveis	Recursos de decisões do Tribunal Geral em %	Decisões que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça	Decisões impugnáveis	Recursos de decisões do Tribunal Geral em %	Decisões que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça	Decisões impugnáveis	Recursos de decisões do Tribunal Geral em %	Decisões que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça	Decisões impugnáveis	Recursos de decisões do Tribunal Geral em %	Decisões que foram objeto de recurso para o Tribunal de Justiça	Decisões impugnáveis	Recursos de decisões do Tribunal Geral em %
Auxílios de Estado	20	55	36 %	38	86	44 %	9	25	36 %	28	44	64 %	18	38	47 %
Concorrência	21	35	60 %	28	39	72 %	4	18	22 %	11	19	58 %	21	31	68 %
Função pública	15	79	19 %	32	110	29 %	19	71	27 %	26	94	28 %	31	116	27 %
Propriedade intelectual	68	295	23 %	57	315	18 %	40	213	19 %	60	279	22 %	41	271	15 %
Outras ações e recursos diretos	69	249	28 %	97	297	33 %	52	209	25 %	83	279	30 %	82	297	28 %
Recursos de decisões do Tribunal Geral													1	1	100 %
Processos especiais	1	1	100 %	3	3	100 %	1	1	100 %	2	2	100 %	7	7	100 %
<b>Total</b>	194	714	27 %	255	850	30 %	125	537	23 %	210	717	29 %	201	761	26 %

**XVIII. Diversos — Resultados dos recursos de decisões do Tribunal Geral  
interpostos no Tribunal de Justiça (2022)  
(Acórdãos e despachos)**

	Não provimento de recursos de decisões do Tribunal Geral	Anulação total ou parcial sem remessa	Anulação total ou parcial com remessa	Cancelamento/Não conhecimento do mérito	Total
Acesso aos documentos	3			1	4
Agricultura	2			1	3
Ambiente	1	3			4
Auxílios de Estado	10	7	2	1	20
Cláusula compromissória	1				1
Coesão económica, social e territorial	1				1
Concorrência	1	5		1	7
Contratos públicos	2		1		3
Direito institucional	24	1		2	27
Disposições financeiras (orçamento, quadro financeiro, recursos próprios, combate à fraude)	4		1		5
Educação, formação profissional, juventude e desporto	1				1
Energia			1		1
Estatuto dos Funcionários	24	12		2	38
Livre prestação de serviços	1				1
Política comercial	8		1		9
Política económica e monetária	5	2			7
Política Externa e de Segurança Comum	3				3
Política social	6				6
Princípios do direito da União	2		1		3
Propriedade intelectual	46				46
Redes transeuropeias	1				1
Saúde pública	1		1		2
Tramitação	1				1
Transportes	1			1	2
<b>Total</b>	<b>149</b>	<b>30</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>196</b>

**XIX. Diversos — Resultados dos recursos de decisões do Tribunal Geral  
interpostos no Tribunal de Justiça (2018-2022)  
(Acórdãos e despachos)**



	2018	2019	2020	2021	2022
Não provimento de recursos de decisões do Tribunal Geral	123	172	152	157	149
Anulação total ou parcial sem remessa	12	18	28	11	30
Anulação total ou parcial com remessa	15	11	12	12	8
Cancelamento/Não conhecimento do mérito	15	9	12	3	9
<b>Total</b>	<b>165</b>	<b>210</b>	<b>204</b>	<b>183</b>	<b>196</b>

## XX. Diversos — Evolução geral (1989-2022)

### Processos entrados, findos, pendentes

	Processos entrados <sup>1</sup>	Processos findos <sup>2</sup>	Processos pendentes em 31 de dezembro
1989	169	1	168
1990	59	82	145
1991	95	67	173
1992	123	125	171
1993	596	106	661
1994	409	442	628
1995	253	265	616
1996	229	186	659
1997	644	186	1 117
1998	238	348	1 007
1999	384	659	732
2000	398	343	787
2001	345	340	792
2002	411	331	872
2003	466	339	999
2004	536	361	1 174
2005	469	610	1 033
2006	432	436	1 029
2007	522	397	1 154
2008	629	605	1 178
2009	568	555	1 191
2010	636	527	1 300
2011	722	714	1 308
2012	617	688	1 237
2013	790	702	1 325
2014	912	814	1 423
2015	831	987	1 267
2016	974	755	1 486
2017	917	895	1 508
2018	834	1 009	1 333
2019	939	874	1 398
2020	847	748	1 497
2021	882	951	1 428
2022	904	858	1 474
<b>Total</b>	<b>18 780</b>	<b>17 306</b>	

- 1| 1989: 153 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça ao recém-criado Tribunal Geral.  
1993: 451 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça, devido à primeira extensão de competências do Tribunal Geral.  
1994: 14 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça, devido à segunda extensão de competências do Tribunal Geral.  
2004-2005: 25 processos remetidos pelo Tribunal de Justiça, devido à terceira extensão de competências do Tribunal Geral.  
2016: em 1 de setembro de 2016, 139 processos de função pública foram transferidos para o Tribunal Geral.
- 2| 2005-2006: 118 processos remetidos pelo Tribunal Geral ao recém-criado Tribunal da Função Pública.

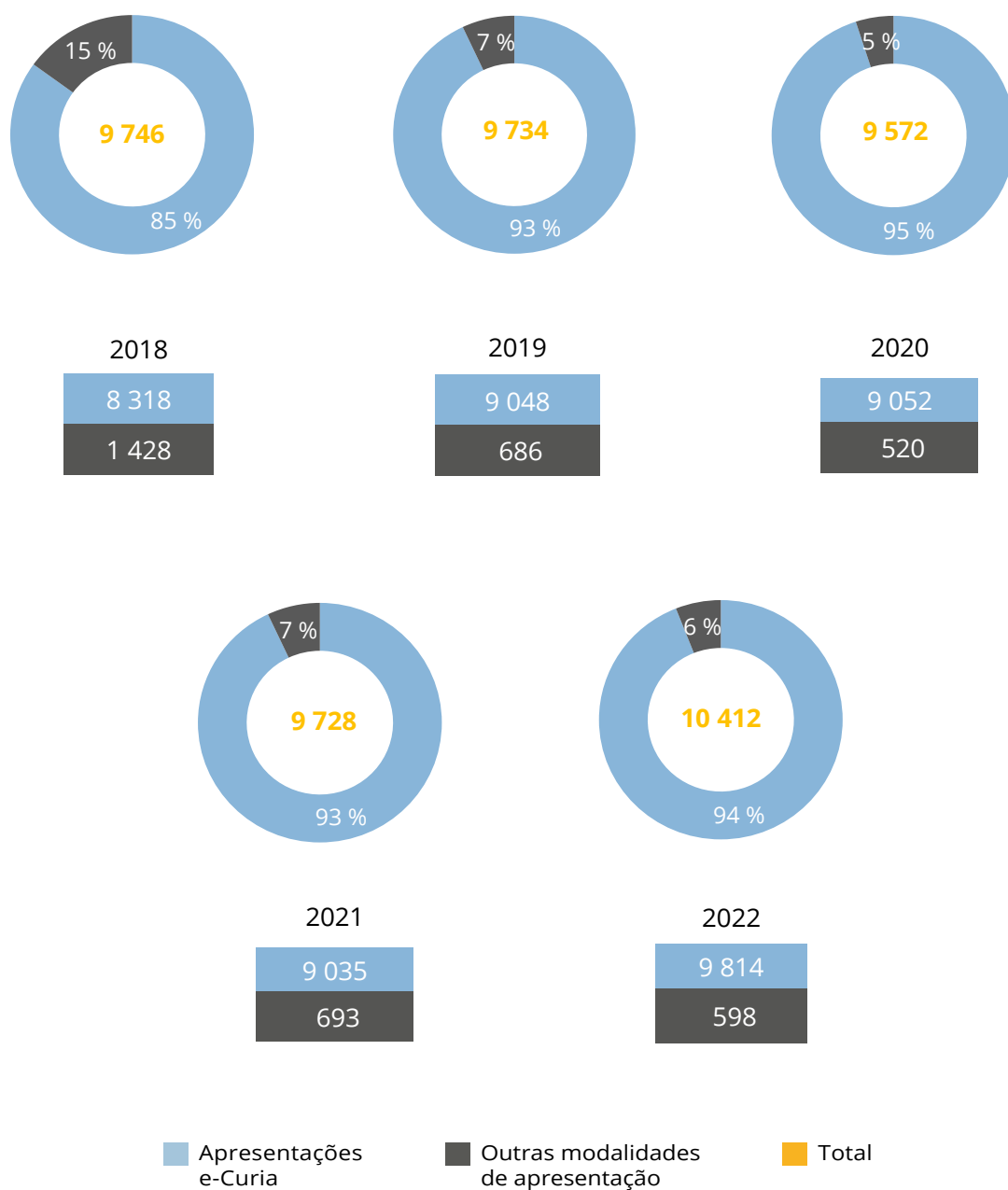
## XXI. Atividade da Secretaria do Tribunal Geral (2018-2022)

Tipo de intervenção	2018	2019	2020	2021	2022
Atos processuais inscritos no registo da Secretaria <sup>1</sup>	55 389	54 723	51 399	56 827	60 961
Petições iniciais <sup>2</sup>	834	939	847	882	904
Percentagem de regularização das petições iniciais <sup>3</sup>	35,85 %	35,04 %	34,59 %	41,2 %	31,96 %
Articulados (que não as petições iniciais)	4 562	4 446	4 122	4 385	4 888
Pedidos de intervenção	318	288	318	306	265
Pedidos de tratamento confidencial (dos dados constantes das peças processuais) <sup>4</sup>	197	251	224	253	371
Projetos de despachos preparados pela Secretaria <sup>5</sup> (inadmissibilidade manifesta antes de citação, suspensão/reatamento da instância, apensação de processos, exceção de inadmissibilidade apreciada na decisão de mérito, intervenção não contestada, cancelamento, não conhecimento nos processos de propriedade intelectual, reabertura da fase oral e retificação)	285	299	259	371	344
Conferências das Secções	381	334	325	338	352
Atas de audiência e constatações de prolação de acórdão	924	787	589	784	724

- 1| Este número constitui um indicador da medida do volume de trabalho do serviço, uma vez que cada peça que entra ou sai é objeto de inscrição no registo. A apreciação do número de atos processuais inscritos no registo deve tomar em consideração a natureza dos processos da competência da jurisdição. Sendo o número de partes no litígio limitado no âmbito das ações e dos recursos diretos [demandante ou recorrente, demandado ou recorrido e, se for caso disso, interveniente(s)], as notificações só são enviadas a estas partes.
- 2| Todos os articulados apresentados (petição inicial incluída) devem ser inscritos no registo, juntos aos autos, se for caso disso regularizados, comunicados aos gabinetes dos juízes sendo acompanhados de uma ficha de transmissão, por vezes detalhada, e eventualmente traduzidos e por último notificados às partes.
- 3| Quando uma petição inicial (aplicável a igualmente qualquer outro articulado) não respeita certas exigências, a Secretaria procede à sua regularização, conforme previsto nas regras processuais.
- 4| O número de pedidos de confidencialidade não prejudica o número de dados contidos num ou em vários articulados cujo tratamento confidencial é pedido.
- 5| Desde 1 de julho de 2015, data de entrada em vigor do novo Regulamento de Processo do Tribunal Geral, certas decisões anteriormente formadas sob a forma de despachos (suspensão/reinício do processo, apensação de processos, intervenção sem confidencialidade de um Estado-Membro ou de uma instituição) são tomadas sob a forma de uma simples decisão que é junta aos autos do processo.

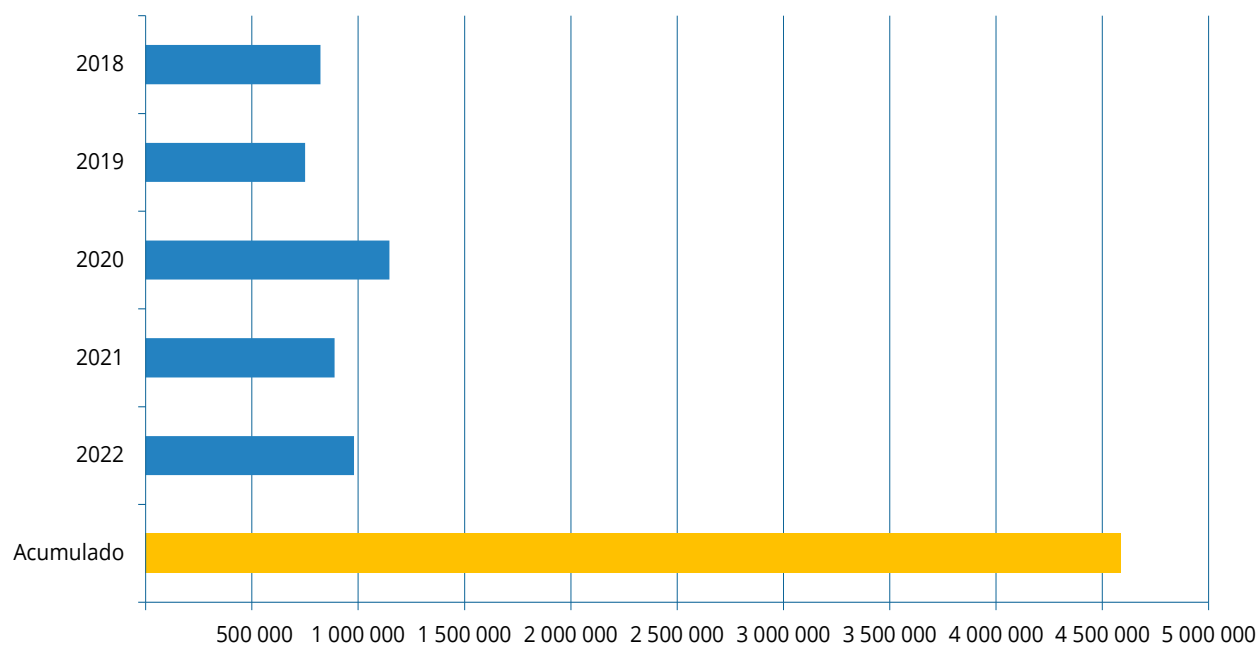


## XXII. Meios de apresentação dos atos processuais no Tribunal Geral <sup>1</sup>



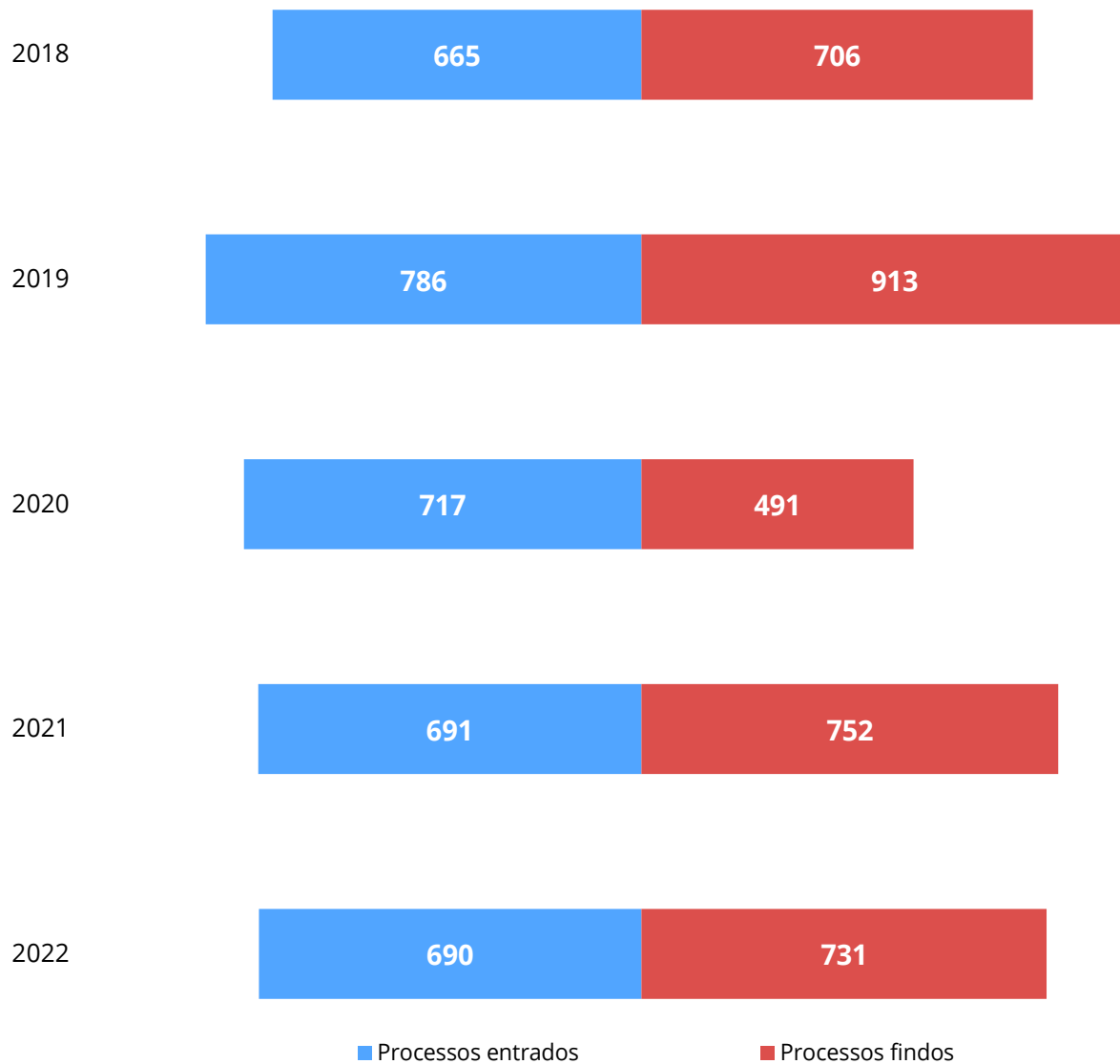
<sup>1</sup> Desde 1 de dezembro de 2018 que a aplicação e-Curia se tornou obrigatória na troca de documentos com os representantes das partes em todos os processos no Tribunal Geral (sem prejuízo das exceções regulamentares).

### XXIII. Páginas entregues através da e-Curia (2018-2022)



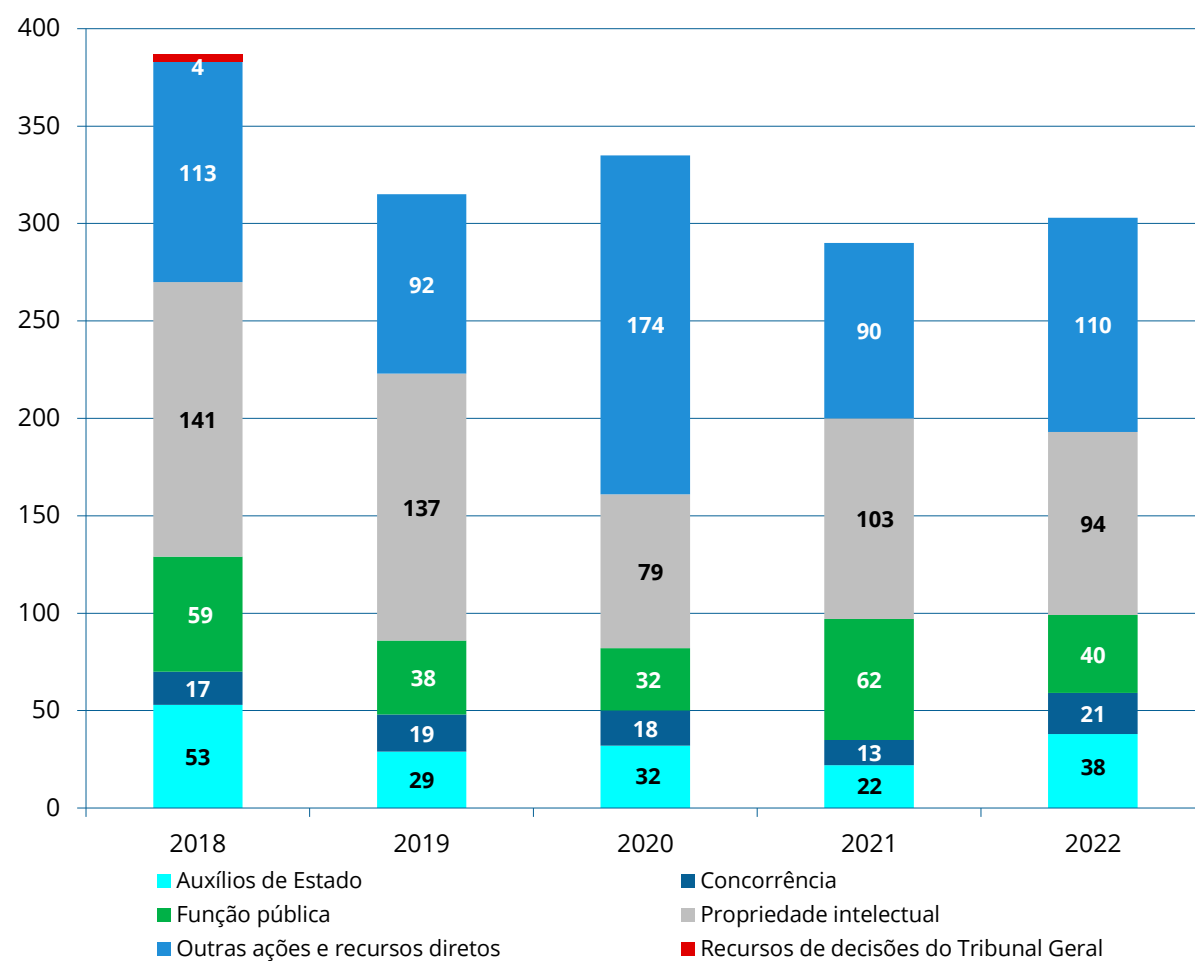
	2018	2019	2020	2021	2022	Acumulado
Páginas apresentadas através da e-Curia	823 076	749 895	1 146 664	889 353	979 676	4 588 664

#### XXIV. Comunicações ao *Jornal Oficial da União Europeia* (2018-2022) <sup>1</sup>



<sup>1</sup> Por força do Regulamento de Processo (artigos 79.º e 122.º), devem ser objeto de publicação no *Jornal Oficial da União Europeia* a entrada de novas petições e as decisões que põem termo à instância.

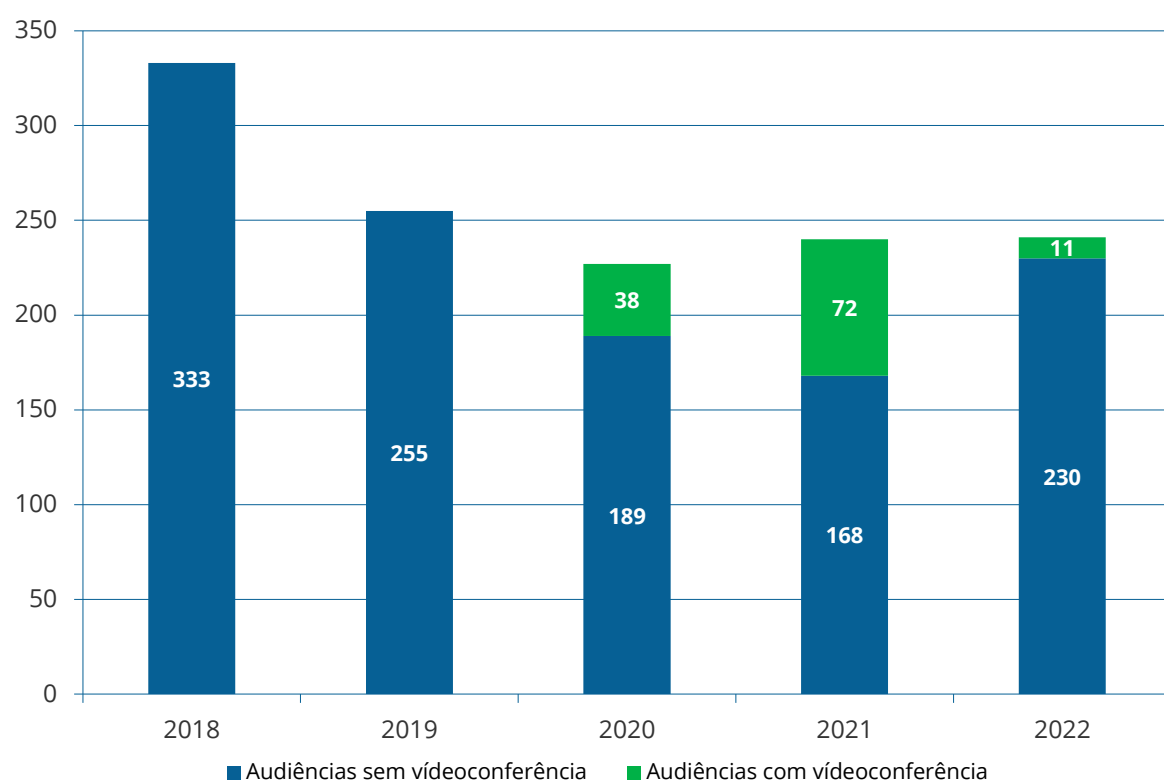
## XXV. Processos em que foi realizada audiência (2018-2022) <sup>1</sup>



	2018	2019	2020	2021	2022
<b>Total</b>	387	315	335	290	303

1| As apensões não são tomadas em consideração para calcular o número de processos em que foi realizada audiência.

## XXVI. Audiências de alegações (2018-2022) <sup>1</sup>



	2018	2019	2020	2021	2022
Total	333	255	227	240	241

1| O número de audiências de alegações toma em consideração as apensações (uma série de processos apensos = uma audiência).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DA UNIÃO EUROPEIA

Direção da Comunicação

Unidade Publicações e Meios de Comunicação Eletrónicos